

Com Brasil

COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

O pior (ou o melhor) ainda virá

O nervosismo depois do anúncio da mudança do câmbio e do novo programa de arrocho nos gastos públicos tem uma explicação nos versinhos de uma música de Nelson Mota e Lulu Santos, que serve tanto para desilusão amorosa como para a operosidade de um governo: "Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia."

O país está mudando e o governo está vivo, e à frente dessas mudanças. Este é o recado que embla o pacote de medidas anunciadas. E mudar incomoda, causa dor, desconforto. É apenas disso, por enquanto, que o governo pode ser acusado: de estar cumprindo a promessa de que faria transformações no país.

São naturais, portanto, as reações. Elas se concentram hoje em quatro frentes. A primeira e mais barulhenta delas é o mercado financeiro. Mas o

mercado é assim mesmo, barulhento quando devia ter equilíbrio, e nervosíssimo quase todo santo dia. Vive tentando engolir o governo. E o governo não faz outra coisa a não ser mantê-lo sob rédeas curtas. Se fosse tão assustador, os ministros da Fazenda e do Planejamento não estariam demonstrando tanta tranquilidade. Como disse o ministro José Serra, daqui a pouco o mercado se acalma. Sempre foi assim.

A segunda frente de reação é a das oposições, no Congresso Nacional. Elas não têm um rumo, mas pegam no ar as bandeiras. O deputado Delfim Netto denunciou que houve vazamento antecipado da informação de que o câmbio seria alterado. E jogou o problema nos braços do PT. Se fosse uma denúncia tão forte, escandalosa e com farta comprovação, por que Delfim entregaria ao PT o mérito de apresentá-la detalhadamente?

O senador Antônio Carlos Magalhães gosta muito de Delfim, mas faz a cortante observação: "Delfim não faz uma declaração construtiva. Ele só destrói." A deputada Maria da Conceição Tavares, que é do PT, devolveu o suposto escândalo do câmbio a Delfim: "Quem entende de malandragem cambial é o Delfim."

Conceição minimizou a denúncia: o que houve, explica ela, não foi nem midi nem maxidesvalorização. Foi uma minidesvalorização. O que se conclui que não teria dado para fazer fortunas com

hipotéticas informações privilegiadas de mudança do câmbio.

A terceira frente de reação é a do funcionalismo público. Essa era mais do que esperada. O funcionalismo está chiando agora por causa da mudança da data do pagamento dos salários — do dia 20 para o dia 5 do mês seguinte — e vai chiar mais ainda com o enxugamento da máquina federal, principalmente com a venda das estatais.

E começa a surgir, numa quarta frente de combate do governo, a primeira das fortes reações esperadas das estatais. Elas vão estrebuchar contra as privatizações, mas a pressão maior delas, no momento, é para aumentar as tarifas públicas. Ainda não é um movimento à luz do dia, mas o governo percebe como as estatais sabem se mover nas sombras. A orientação do governo não é a de aumentar tarifas apenas porque se completou um ano de congelamento. É preciso ver primeiro as planilhas de custos das estatais, que nunca são mostradas ao público.

Todas essas batalhas mobilizam as energias do governo, mas guerra mesmo para valer será quando, ao se completar o primeiro ano do real, em julho, o governo partir para a desindexação total da economia. E, como tudo o que está acontecendo, não será nenhuma novidade.

No seu discurso de posse no Ministério da Fazenda, Pedro Malan avisou que os principais

desafios dos gestores da economia, nos meses seguintes, seriam as mudanças nos regimes monetário e cambial e a desindexação da economia. Bem antes dele, e bem antes de tomar posse, Fernando Henrique Cardoso afirmou que "o dólar não deve voltar mais a funcionar como um índice de preços internos". Está lá no discurso com que se despediu do Senado.

A guerra da desindexação mexerá numa questão muito mais explosiva do que as que são tratadas hoje: a questão salarial. O IPC-r acaba em julho como indexador ou corretor dos salários. A discussão sobre a política salarial de um regime econômico estabilizado virá daqui a pouco. Na mesma onda da desindexação, será preciso saber também como ficarão daí em diante os reajustes das tarifas públicas e os financiamentos da produção agrícola.

Como se vê, há um mundo de coisas a tratar e a mudar. Mas foi exatamente para isso que se elegeu este governo, e com uma votação consagradora. Ruim seria se o presidente não estivesse fazendo o que prometeu. Ele não só prometeu como avisou no discurso de posse: "Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público."

E completou: "Isso não me assusta."